



# RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2021

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

Assessoria de Gestão Estratégica/Escritório de Gestão Socioambiental

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DESEMBARGADORA **ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL**

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO  
**FÁBIO GRASSELLI**

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL  
**JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR**

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL  
**FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI**

VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL  
**RICARDO RÉGIS LARAIA**

CORREGEDORA REGIONAL  
**ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN**

OUVIDOR  
**HÉLCIO DANTAS LOBO JÚNIOR**

VICE-CORREGEDORA REGIONAL  
**RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA**

VICE-OUVIDORA  
**ANTÔNIA REGINA TANCINI PESTANA**

COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DO MEIO AMBIENTE DO  
TRABALHO (REDAÇÃO DADA PELO ASSENTO REGIMENTAL N. 1, DE 24 DE FEVEREIRO  
DE 2014) MEMBROS - BIÊNIO 2020/2022

Desembargador Edmundo Fraga Lopes

(Presidente)

Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Desembargador Edison dos Santos Pelegrini

Desembargadora Luciane Storel

Desembargador José Carlos Ábile

Desembargadora Rosemeire Uehara Tanaka

Desembargador Luis Henrique Rafael

Desembargador Orlando Amâncio Taveira

Representante da Magistratura do 1º Grau - Rosana Nubiato Leão

Representante dos Servidores - Ivan Bagini

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL  
PORTARIA GP Nº 029/2022  
BIÊNIO 2020-2022

Juíza Sofia Lima Dutra  
(Presidente da Comissão)

Iara Cristina Gomes  
Assessora de Gestão Estratégica

João Santos Marinho Júnior  
Coordenador de Material e Logística

Helen da Silva Paes de Souza  
Servidora do Escritório de Gestão Socioambiental

Lara de Paula Jorge  
Assessora da Escola Judicial

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson  
Secretária da Administração

Roberto Torres Babini  
Coordenador de Comunicação Social

André Scatuzzi  
Coordenador de Licitações

# SUMÁRIO

1. Apresentação.....	06
2. Perfil Institucional.....	07
3. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.....	08
4. Indicadores do PLS.....	09
5. Eixo 01: Uso Eficiente de Insumos, Materiais e Serviços .....	10
6. Eixo 02: Energia Elétrica.....	16
7. Eixo 03: Água e Esgoto.....	18
8. Eixo 04: Gestão de Resíduos.....	20
9. Eixo 05: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.....	22
10. Eixo 06: Sensibilização e Capacitação Contínua.....	25
11. Eixo 07: Deslocamento de Pessoal, Bens e Materiais.....	31
12. Eixo 08: Obras de Reformas e Leiaoute.....	34
13. Eixo 09: Equidade e Diversidade.....	35
14. Eixo 10: Aquisições e Contratações Sustentáveis.....	37
15. Resolução CNJ nº 401/2021.....	44
16. Considerações Finais.....	53

## 1. Apresentação

O Relatório de Desempenho Anual do Plano de Logística Sustentável - PLS do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em cumprimento à Resolução CNJ nº 400/2021, de 16 de junho de 2021, apresenta o balanço dos resultados referentes ao ano de 2021, conforme indicadores mínimos previstos no normativo supracitado, os quais estão relacionados às práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços.

Os temas estão divididos em dez eixos de atuação, sendo: uso eficiente de insumos, materiais e serviços; energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação contínua; deslocamento de pessoal, bens e materiais, obras de reformas e leiaute; equidade e diversidade; e aquisições e contratações sustentáveis.

Além dessas informações, o documento apresenta um panorama das diretrizes de acessibilidade e inclusão de

de pessoas com deficiência no Órgão, conforme prevê a Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021.

O presente Relatório contou com a participação da Alta Administração da Corte, da Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho, composta por Desembargadores e da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, constituída por uma Magistrada e Servidores da Corte. O Escritório de Gestão Socioambiental em conjunto com as Unidades Administrativas do Tribunal realizou a coleta e a compilação das informações.

Nesse sentido, os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável referentes ao ano de 2021 foram coletados, analisados, expostos em forma de gráfico e comparados com os anos de 2018, 2019 e 2020, permitindo assim uma melhor avaliação do desempenho ambiental, social e econômico da Instituição.

## 2. Perfil Institucional

O TRT-15 é o segundo maior Tribunal Trabalhista do país em volume processual e sua jurisdição abrange 599 municípios paulistas, perfazendo 95% do território do Estado. A população atendida pela Corte é superior a 22 milhões de pessoas.

Seguem os principais dados do Tribunal em 2021:

**TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS NA 1ª INSTÂNCIA:**

**222.836**

**TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS NA 2ª INSTÂNCIA:**

**125.746**

**TOTAL DE PESSOAL DO QUADRO EFETIVO:**

**2976**

**TOTAL DE REMOVIDOS DE OUTROS ÓRGÃOS:**

**144**

**TOTAL DE CEDIDOS OU REQUISITADOS:**

**293**

**TOTAL DE COMISSIONADOS SEM VÍNCULO:**

**9**

**TOTAL DE CARGOS DE MAGISTRADOS PROVIDOS:**

**392**

**TOTAL DE DESEMBARGADORES:**

**55**

**VARAS DO TRABALHO:**

**153**

**POSTOS AVANÇADOS:**

**5**

### 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS integram a Agenda 2030 da ONU, da qual fazem parte 193 países, incluindo o Brasil. São 17 ODS e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030. Esses objetivos e metas convergem pela busca de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

O TRT-15, que é signatário do Pacto Global da ONU desde 2014, apoia e reafirma seu compromisso com a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Este Relatório Anual de Desempenho do Plano de Logística Sustentável evidencia as iniciativas realizadas no âmbito do Regional e os resultados obtidos pela Instituição no ano de 2021.



## 4. Indicadores DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

Resolução CNJ nº 400/2021, de 16 de junho de 2021.

- **Eixo 1:** Uso eficiente de insumos, materiais e serviços
- **Eixo 2:** Energia elétrica
- **Eixo 3:** Água e esgoto
- **Eixo 4:** Gestão de resíduos
- **Eixo 5:** Qualidade de vida no ambiente de trabalho
- **Eixo 6:** Sensibilização e capacitação contínua
- **Eixo 7:** Deslocamento de pessoal, bens e materiais
- **Eixo 8:** Obras de reformas e leiaute
- **Eixo 9:** Equidade e Diversidade
- **Eixo 10:** Aquisições e contratações sustentáveis

## 5. Eixo 01: Uso Eficiente de Insumos, Materiais e Serviços

### 5.1 Consumo de Papel

O TRT da 15ª Região, engajado com as práticas de sustentabilidade, objetiva em suas práticas a diminuição do consumo de papel. Nesse sentido, várias iniciativas são implementadas, como a realização de campanhas de sensibilização, redução da quantidade de papel distribuído às unidades do Tribunal, preferência ao uso de mensagens eletrônicas, entre outras.

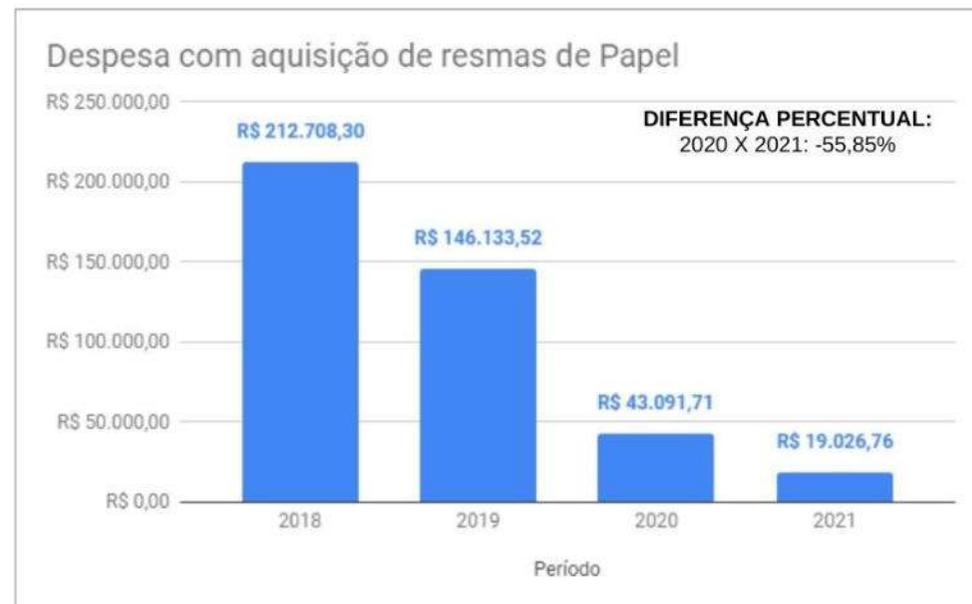
### Resultados

Em 2018, foram consumidas 17.287 resmas de papel, em 2019 o quantitativo foi de 10.660, e no ano de 2020, o resultado foi expressivamente menor, sendo de apenas 3.075 resmas. Em 2021, manteve-se a queda no consumo e foram utilizadas 1.350 resmas.

Pode-se observar a efetividade das iniciativas tomadas, uma vez que a utilização de papel continuou em queda no ano de 2021. A situação de pandemia, ainda presente, também contribuiu para o baixo

consumo do material, uma vez que a Instituição optou pelo trabalho híbrido, havendo uma quantidade menor de servidores prestando suas atividades de forma presencial.

**O gráfico abaixo demonstra o histórico de despesa com aquisição de Resmas de Papel nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021:**



## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	CONSUMO DE PAPEL
Descrição	Mede o consumo de resmas de papel
Fórmula de Cálculo	Quantidade consumida de resmas de papel
Unidade Responsável	Coordenadoria de Material e Logística
Variáveis	Resmas de papel
Periodicidade de Apuração	Mensal e Anual
<b>META</b>	<b>Reduzir o consumo de papel em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

No início do ano de 2021, o TRT-15 aprovou metas para os indicadores do PLS para o período de 2021 a 2026, conforme disposto na Resolução nº 400/21 do Conselho Nacional de Justiça e em alinhamento ao Plano Estratégico do Regional.

Para o item "Consumo de Papel" foi definido "**Reduzir o consumo de papel em 10% até dezembro de 2026, tomando como base o ano de**

**2019.**" Dessa forma, em 2021, o resultado foi 87,33% menor, indicando que a meta foi alcançada antes do período proposto. No entanto, considerando que o momento atual ainda é de pandemia, os valores demonstrados poderão sofrer alterações ao longo dos próximos anos, caso a prestação de trabalho se torne exclusivamente presencial.

Assim, as ações de promoção da redução de consumo continuarão sendo realizadas, conforme iniciativas previstas no referido Plano de Ação.

Periodicidade de apuração: **Mensal**  
Unidade Responsável: **Coordenadoria de Material e Logística**

## 5.2 Consumo de Copos Descartáveis

O uso de copos descartáveis teve uma queda expressiva nos últimos 4 anos. Entre as iniciativas tomadas, destaca-se a substituição dos copos descartáveis por canecas de louças, distribuídas em 2019 aos magistrados, servidores e terceirizados.

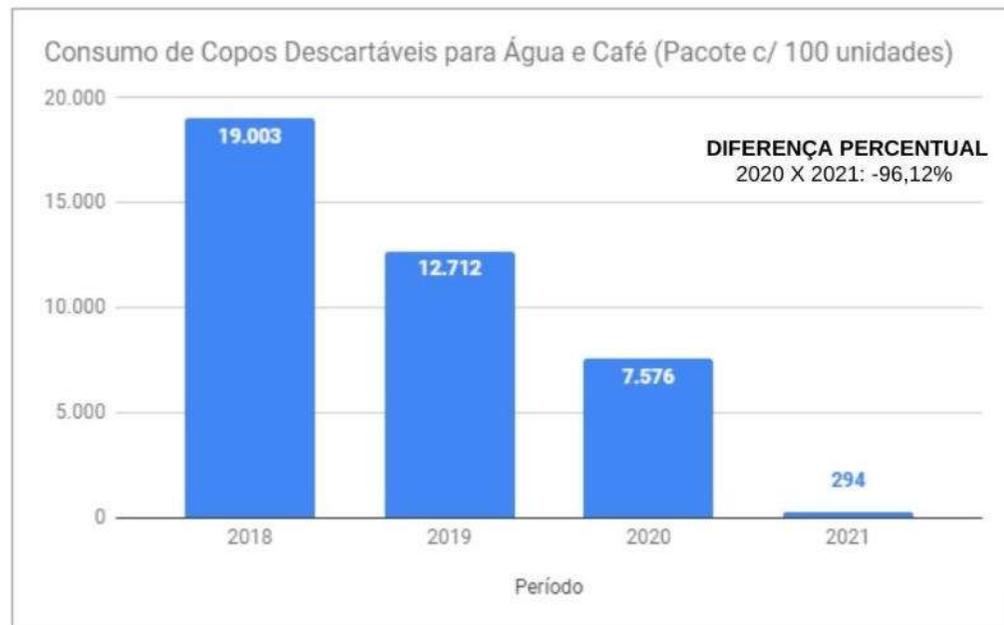
O total de pacotes distribuídos pela Coordenadoria de Material e Logística do TRT-15, no ano de 2021, foi de 241 para água e 53 pacotes para café. Trata-se de quantidade ínfima se comparada aos 19.003 pacotes distribuídos em 2018. Cabe ressaltar que cada pacote contém 100 unidades do produto.

### Resultados

Verifica-se uma expressiva redução no consumo de copos descartáveis na Instituição. Esse resultado é decorrente de esforços do Órgão em promover iniciativas que disseminam as práticas

sustentáveis e estabelecem novos padrões de consumo, conscientização e mudanças positivas de hábitos.

**O gráfico a seguir compara os resultados referentes ao consumo de Copos de Descartáveis dos últimos quatro anos:**



## Plano de Ação 2021-2026

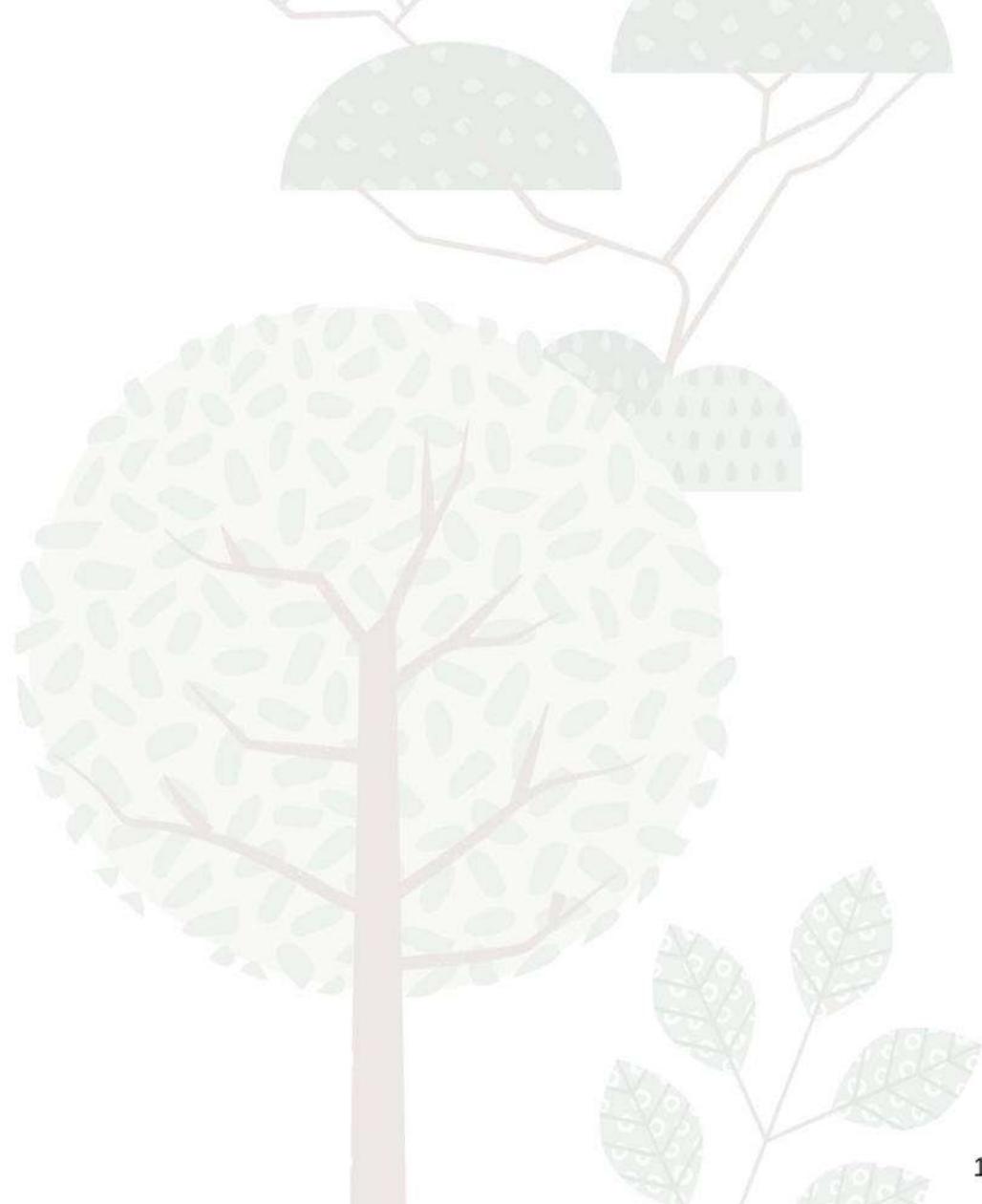
Indicador	CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS
Descrição	Mede o consumo de Copos Descartáveis para água e café
Fórmula de Cálculo	Quantidade consumida de copos descartáveis utilizados para o consumo de água e café
Unidade Responsável	Coordenadoria de Material e Logística
Variáveis	Copos descartáveis para consumo de água e café
Periodicidade de Apuração	Anual
META	<b>Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Consumo de Copos Descartáveis" foi definido "**Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.**" No ano de 2021 o resultado foi 97,69% menor, indicando que a meta foi alcançada com antecedência.

Periodicidade de apuração: **Anual**

Unidade Responsável: **Coordenadoria de Material e Logística**



## 5.3 Água envasada

Ciente do impacto ambiental negativo causado pelo consumo de embalagens plásticas, o Tribunal vem promovendo iniciativas para reduzir o consumo de água engarrafada. Entre elas destacam-se: incentivo do uso das canecas sustentáveis já distribuídas, incentivo ao uso de utensílios duráveis e higienização e limpeza dos purificadores de água periodicamente.

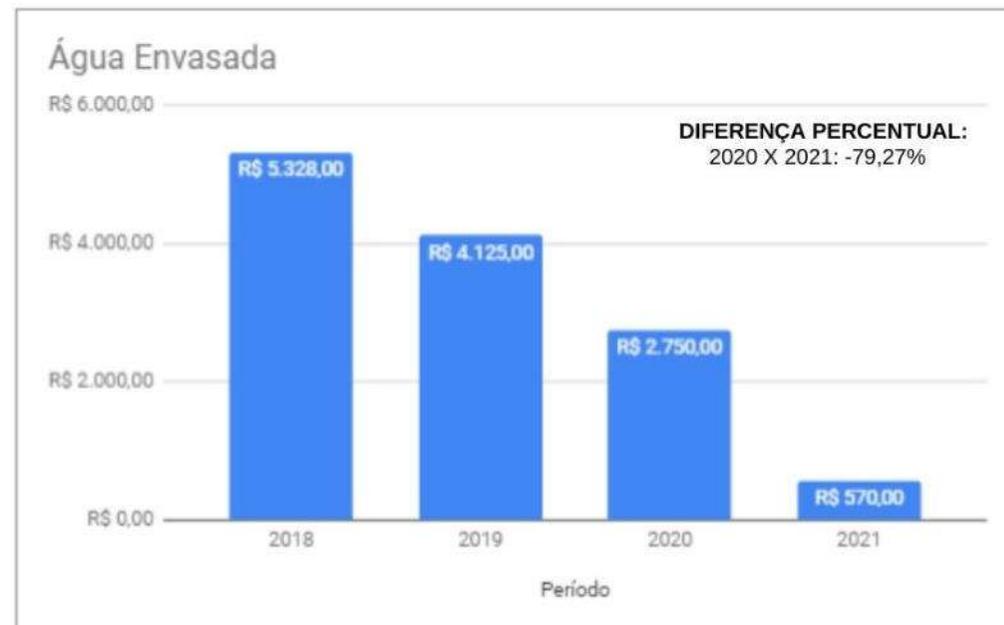
Em 2018, foram utilizadas 10.410 unidades desse material e em 2019 o consumo foi de 9.0000 unidades. No ano de 2020, foram 6.000 unidades de garrafas plásticas, de 510 ml, para água mineral. Em 2021, foram consumidas apenas 600 unidades. Em relação às embalagens retornáveis, o TRT-15 não utiliza mais esse produto desde 2015.

### Resultados

Pode-se observar considerável redução no consumo de água engarrafada. Considerando o ano de 2018, a demanda foi reduzida

em 94%. Cabe salientar que no Edifício Sede, localizado na cidade Campinas, o resíduo gerado é descartado de forma sustentável, por meio de separação e coleta seletiva destinada à reciclagem.

**O gráfico abaixo compara os resultados referentes ao consumo de Água Envasada dos últimos quatro anos:**



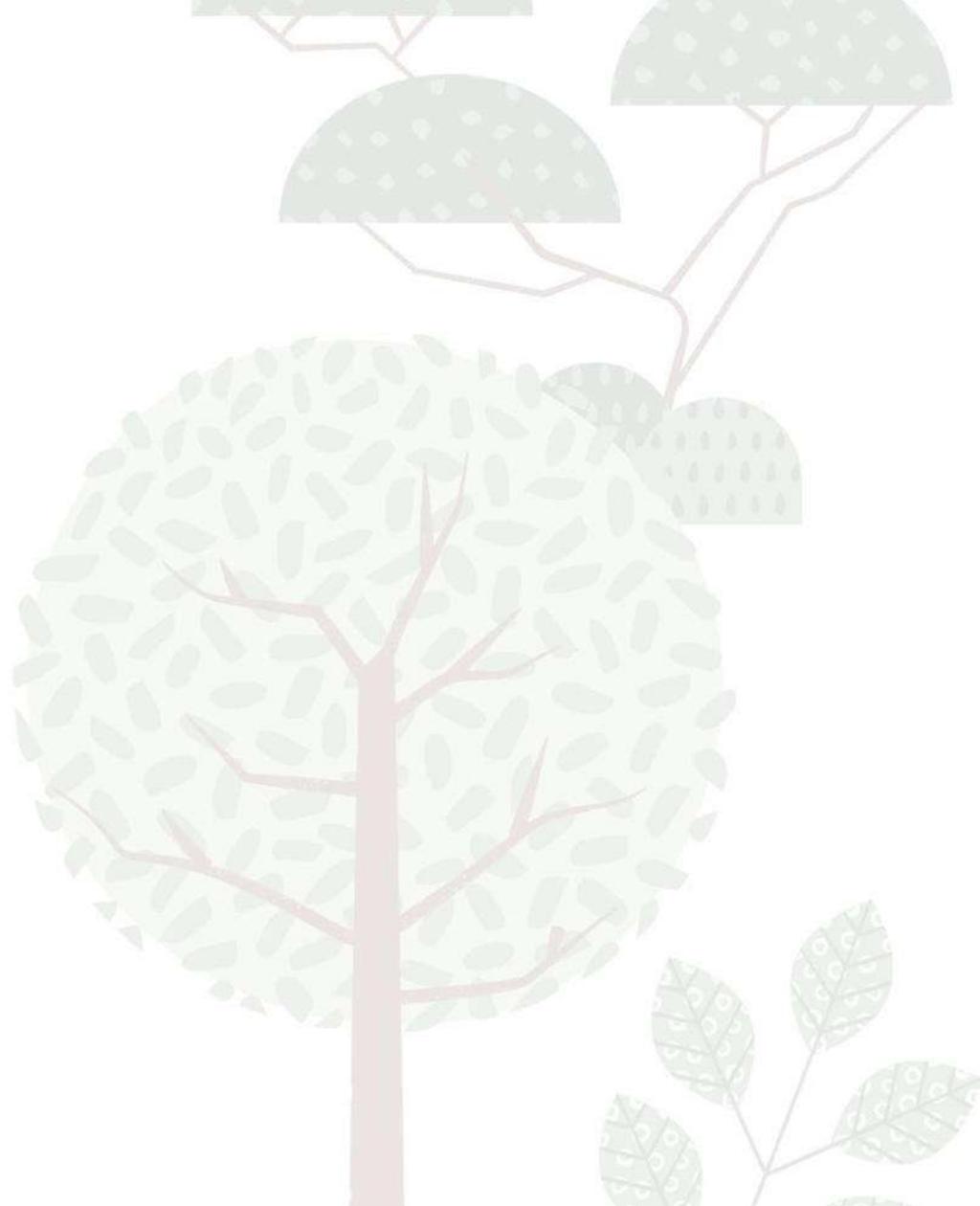
## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA
Descrição	Mede o consumo de embalagens descartáveis para água mineral
Fórmula de Cálculo	Quantidade consumida de embalagens plásticas descartáveis para água mineral
Unidade Responsável	Setor de Copa
Variáveis	Água envasada em embalagens plásticas
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Reduzir o consumo de água envasada em embalagem plástica em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Consumo de Água Envasada em Embalagem Plástica" foi definido "**Reduzir o consumo de água envasada em embalagem plástica em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.**" Em 2021 o resultado foi 85,45% menor, indicando que a meta foi alcançada com êxito.

Periodicidade de apuração: **Mensal**  
Unidade Responsável: **Setor de Copa**



## 6. Eixo 02: Energia Elétrica

A redução no consumo de energia beneficia a Instituição, mas favorece principalmente a sociedade por meio da preservação do meio ambiente. Há economia de recursos públicos, redução na emissão de poluentes e de gases de efeito estufa, entre outras vantagens.

Nesse sentido, o Tribunal vem adotando práticas para lograr êxito na diminuição da energia consumida:

- Utilização de elevadores inteligentes;
- Substituição das lâmpadas fluorescentes por dispositivos em *led*;
- Sensores de presença, quando possível;
- Na Vara de Rio Claro, utilização de energia própria, gerada de forma limpa por meio da microusinina fotovoltaica instalada em 2020.

### Resultados

No ano de 2018, o consumo de energia elétrica foi de 10.052.809 kWh. Em 2019, o resultado foi de 10.725.014 kWh aproximadamente. Já em 2020, houve uma considerável redução,

diante da situação de pandemia Covid-19, tendo sido consumidos 6.000.509 kWh. Para o ano de 2021, foram utilizados 5.094.190 kWh.

**A ilustração abaixo revela os valores gastos nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 em relação à despesa do TRT-15 com Energia Elétrica:**



## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
Descrição	Mede o consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária
Fórmula de Cálculo	Quantidade de energia elétrica consumida
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Variáveis	Energia elétrica consumida em KWh
Periodicidade de Apuração	Mensal
<b>META</b>	<b>Reduzir o consumo de energia elétrica em 3% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Consumo de Energia Elétrica" foi definido "**Reduzir o consumo de energia elétrica em 3% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.**" O resultado foi 39,20% menor no ano de 2021, indicando que a meta foi alcançada antecipadamente.

Cabe ressaltar que o Tribunal estuda a ampliação do número de usinas fotovoltaicas. Tal medida trará economia de recursos públicos, além de contribuir com a preservação do meio ambiente.

Periodicidade de apuração: **Mensal**

Unidade Responsável: **Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira**



## 7. Eixo 03: Água e Esgoto

O uso consciente da água traz benefícios à Instituição, à sociedade e ao meio ambiente. A redução do consumo gera uma redução de custos, proporciona o acesso às futuras gerações e preserva este importante recurso natural. Assim, o TRT-15 vem adotando práticas no sentido de evitar desperdícios e reduzir sua utilização ano a ano. A seguir as principais iniciativas da Corte:

- Incentivo ao uso consciente, por meio de campanhas;
- Instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores;
- Realização de levantamento e monitoramento da situação das instalações hidráulicas, propondo quando necessário medidas para redução do consumo.

### Resultados

Pode-se observar que o consumo vem sendo reduzido anualmente, tendo diminuído em 63% se comparado ao ano de 2018.

O total de metros cúbicos de água utilizado pelo Tribunal foi de 50.146 em 2018, 47.297 no ano de 2019, 20.946 em 2020 e para o ano 2021, foi somou 18.264.

**O gráfico a seguir compara o resultado das despesas realizadas com Água e Esgoto entre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021:**



## Plano de Ação 2021-2026

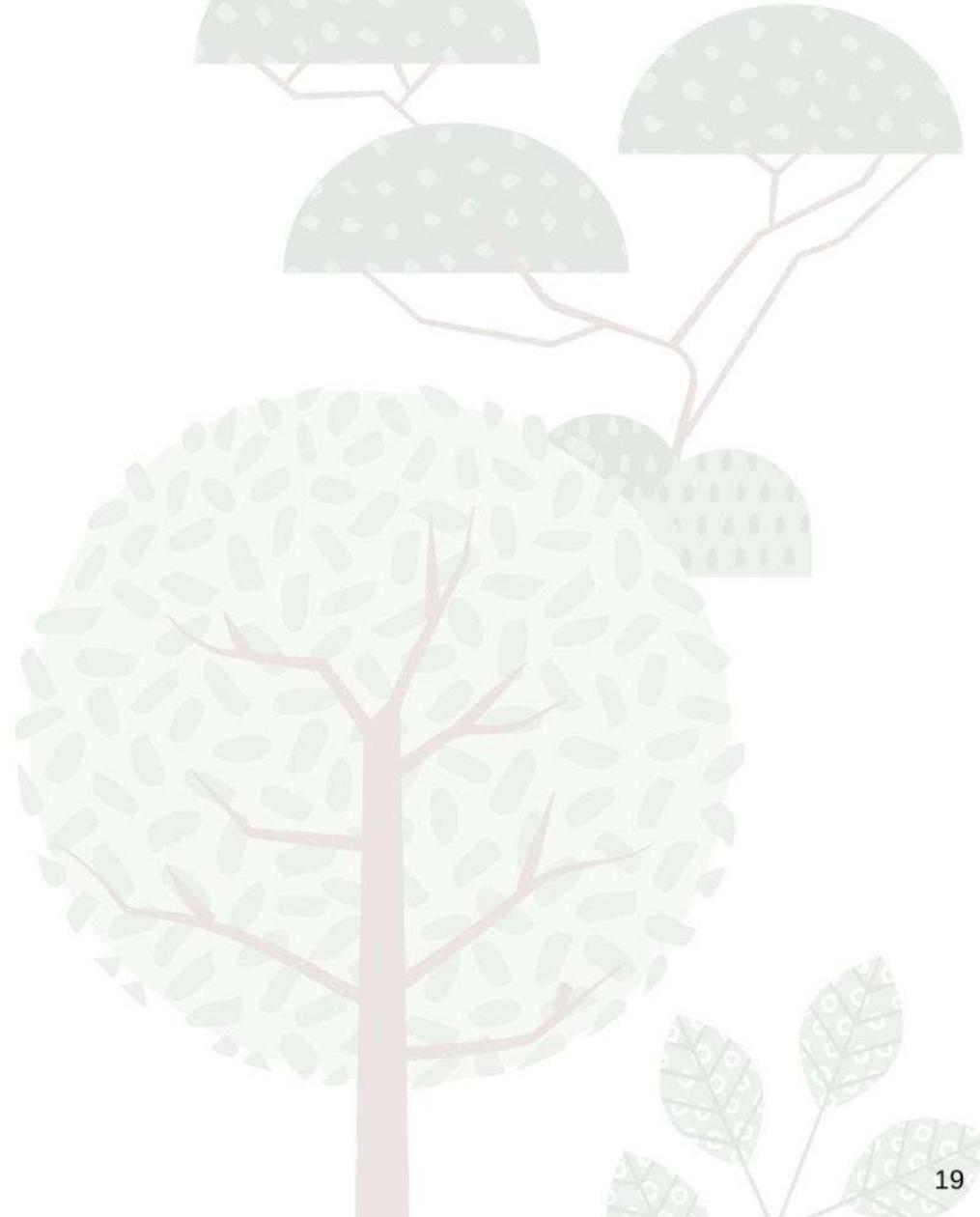
Indicador	CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO
Descrição	Mede o consumo total de água fornecida pela concessionária
Fórmula de Cálculo	Quantidade de água consumida
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Variáveis	Água consumida em m <sup>3</sup>
Periodicidade de Apuração	Mensal
<b>META</b>	<b>Reduzir o consumo de água em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Consumo de Água e Esgoto" foi definido "**Reduzir o consumo de água em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.**" Em 2021 o resultado foi 62,24% menor, indicando que a meta foi atingida antes do prazo. Entretanto, o indicador é impactado diretamente pela situação de pandemia e consequente trabalho remoto dos servidores. Nesse sentido, as boas práticas adotadas pela Instituição devem ser mantidas para os próximos anos, tendo em vista um provável retorno ao trabalho presencial e consequente aumento no consumo.

Periodicidade de apuração: **Mensal**

Unidade Responsável: **Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira**



## 8. Eixo 04: Gestão de Resíduos

Em 2021, os resíduos gerados pelo Edifício Sede do Tribunal foram destinados 100% para reciclagem. A medida alinha-se à Lei nº 12.305/2010, a qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O material é depositado em coletores separados por "tipo" e recolhido diariamente pela prestadora de serviços de limpeza e conservação. Em seguida, a Coordenadoria responsável prepara o material para ser retirado pela empresa de limpeza urbana.

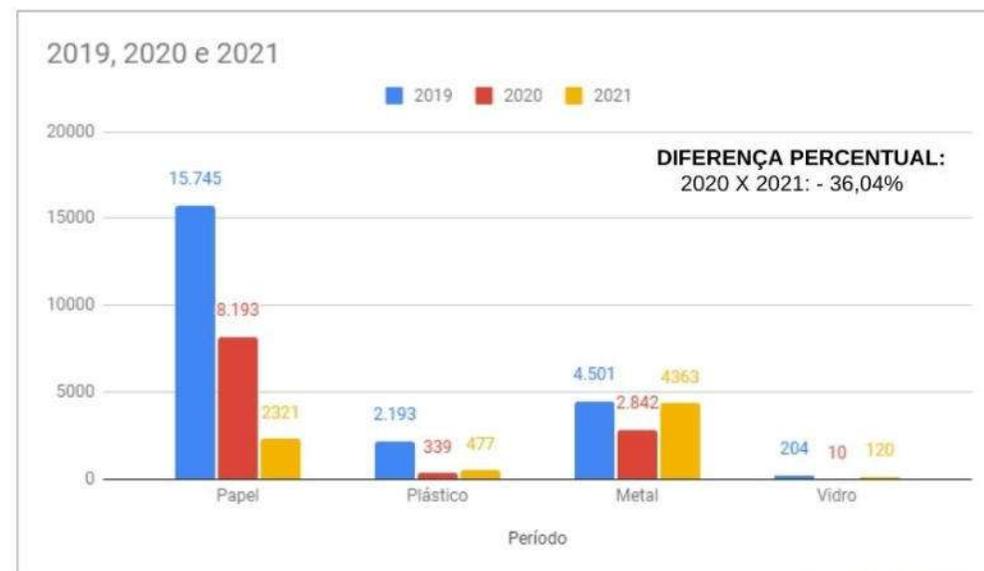
A gestão de resíduos traz diversos benefícios, como permitir o processo de reciclagem, conservação dos recursos naturais, melhora a limpeza das cidades, evita a poluição do meio ambiente além de desenvolver a consciência ambiental.

### Resultados

Diante da pandemia COVID-19, que perdurou por todo o ano de 2021, houve pouco trabalho realizado de forma presencial, fazendo com que o descarte de resíduos diminuísse também.

O total de resíduos sólidos (papel, plástico, metal e vidro) destinados à reciclagem no ano de 2021 foi de 7.281kg. Para os resíduos de saúde, o descarte somou 288kg.

As quantidades de papel, plástico, metal e vidros destinados à reciclagem em 2019, 2020 e 2021 estão representadas no gráfico a seguir:



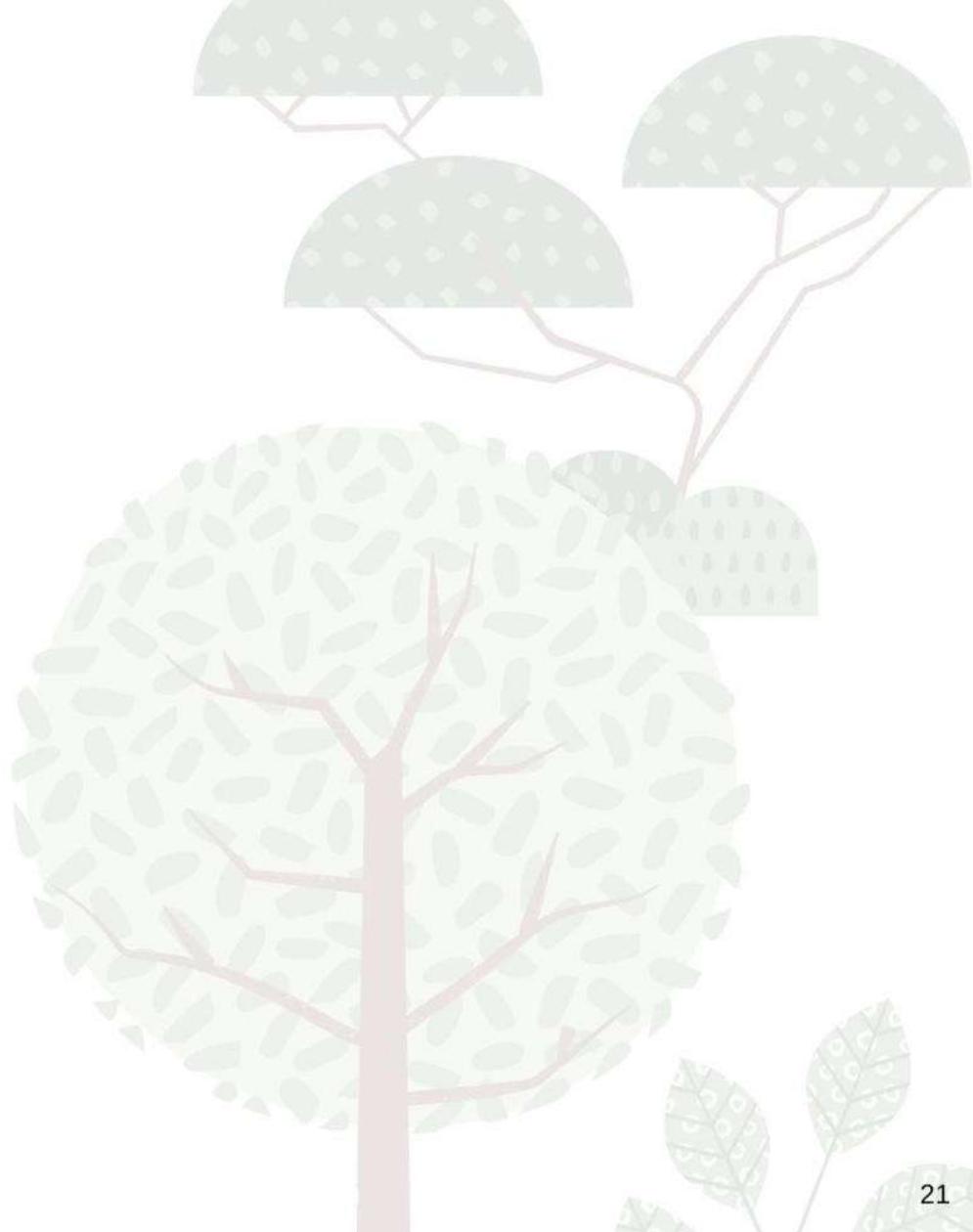
## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	GESTÃO DE RESÍDUOS
Descrição	Mede a quantidade de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou entidades similares da Sede Judiciária.
Fórmula de Cálculo	Quantidade de papel, plástico, metal, vidros e derivados destinados à reciclagem
Unidade Responsável	Coordenadoria de Manutenção
Variáveis	Papel, Plásticos, Metal e Vidros e derivados
Periodicidade de Apuração	Mensal
<b>META</b>	<b>Manter em 100% a destinação dos resíduos recicláveis da Sede Judiciária às cooperativas de catadores ou a entidades similares.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Gestão de Resíduos" foi definido "**Manter em 100% a destinação dos resíduos recicláveis da Sede Judiciária às cooperativas de catadores ou a entidades similares.**" O Tribunal destinou todos os resíduos recicláveis gerados às cooperativas, conforme previsto na meta. A baixa quantidade de resíduos no ano de 2021 justifica-se pela pandemia Covid-19, uma vez que a maioria dos servidores exercem suas atividades de forma remota.

Periodicidade de apuração: **Mensal**  
Unidade Responsável: **Coordenadoria de Manutenção**



## 9. Eixo 05: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Ações de qualidade de vida no trabalho promovem benefícios na saúde e bem-estar dos colaboradores, além de motivá-los e melhorar o clima organizacional. Nesse sentido a Secretaria de Saúde realizou 10 ações de qualidade de vida no decorrer do ano, das quais participaram 4.565 servidores.

Foram realizadas as seguintes ações:

- XL Grupo de Gestantes;
- XLI Grupo de Gestantes;
- Sessões de Ginástica Laboral: 3 vezes por semana, disponíveis para todos os servidores lotados nas unidades do TRT, com 4 horários por dia para a atividade;
- Pesquisa "Teletrabalho em Tempos de COVID-19";
- Pesquisa "Risco Ergonômico Fatores Psicossociais e Adoecimento entre Magistrados em Teletrabalho";
- Pesquisa "Risco Ergonômico Fatores Psicossociais e Adoecimento entre Servidores em Teletrabalho";
- Realização de Rodas de Conversa e de vídeo institucional destinados à introdução aos novos estagiários do TRT, tendo como tema "Habilidades Comportamentais";
- Realização da Palestra "Teletrabalho no Contexto da Pandemia: repercussões para a saúde mental";
- Elaboração do "Manual de Procedimentos para a Retomada das Atividades Presenciais do TRT15";
- Sessões de Meditação: realizadas durante a Semana do Servidor.

As ações solidárias trazem resultados positivos tanto para quem faz quanto para quem recebe. Pode-se mencionar: aumento da sensação de pertencimento, fortalecimento dos laços entre os participantes, aprimoramento da relação com a comunidade, melhoria

imagem da Instituição., entre outros.

No ano de 2021, este Regional realizou 16 ações solidárias, as quais beneficiaram pessoas em situação de vulnerabilidade social, instituições de interesse social e projetos sociais que atendem crianças, adolescentes e idosos. A seguir estão as ações realizadas:

- Divulgação de ações de combate à fome realizadas por instituições públicas ou por entidades da sociedade civil;
- Destinação de valores arrecadados em Ação Civil Pública para o Fundo Social de Solidariedade de Ituverava;
- Campanha "Imposto Solidário"
- Doação de bens de mobiliário e informática considerados ociosos ou inservíveis a escolas e outras instituições públicas, por meio de 13 processos PROADs.

Em relação às ações de inclusão, foram realizadas 8 atividades pela Escola Judicial em 2021. Além disso, foram doados à Universidade Estadual de Campinas 250 computadores, 250 monitores

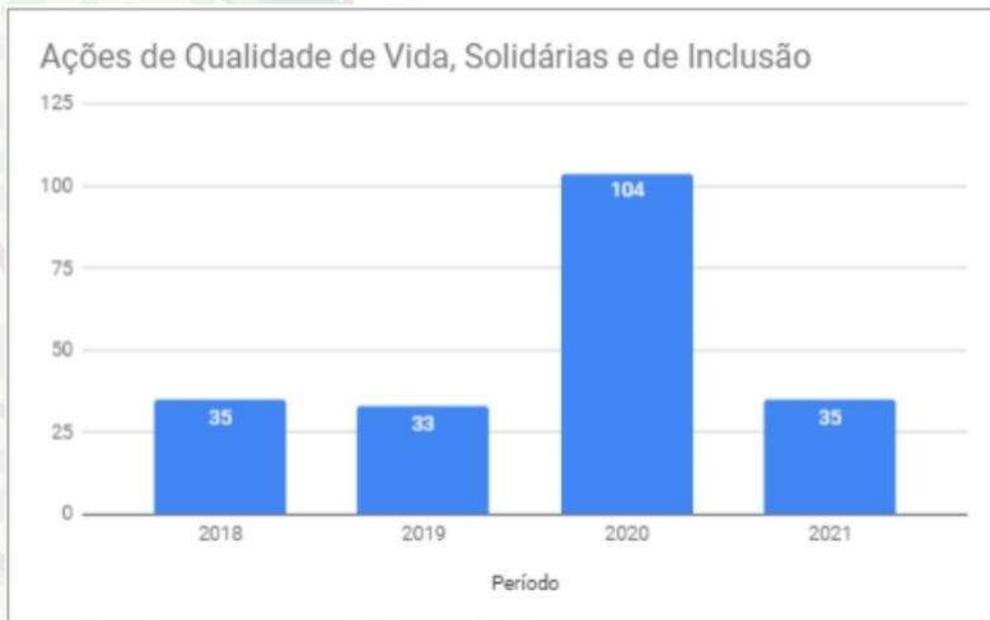
e 100 notebooks. Os equipamentos que estavam ociosos ou em desuso no Tribunal serão utilizados por alunos de graduação em situação de vulnerabilidade social. Abaixo estão as ações de inclusão realizadas pela Escola Judicial:

- Acessibilidade em tempos de pandemia: eliminando novas barreiras;
- Escola Ao Vivo: Aula Magna: Inclusão e diversidade: trilhando caminhos para uma sociedade mais tolerante e solidária;
- Escola Ao Vivo: Destinações Sociais de Imposto de Renda na própria declaração;
- Escola Ao Vivo: Os benefícios da diversidade e inclusão;
- Libras;
- Escola Ao Vivo: Um bate-papo além do autismo;
- Escola Ao Vivo: Ter uma deficiência e estar feliz por se sentir incluído;
- Libras - aplicando o conhecimento.

## Resultados

Foram realizadas 35 ações no total, considerando as ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão. Elas alcançaram o número expressivo de 9.106 participantes.

O gráfico abaixo demonstra a soma de ações de Qualidade de Vida, Solidárias e de Inclusão desenvolvidas pelo TRT-15 ao longo dos últimos anos:



## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA, SOLIDÁRIAS E DE INCLUSÃO
Descrição	Mede a quantidade de ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.
Fórmula de Cálculo	Quantidade de ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.
Unidade Responsável	Secretaria de Saúde e Escola Judicial
Variáveis	Ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão ofertadas para Magistrados, Servidores e colaboradores
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Promover pelo menos 35 ações no total, somadas as de Qualidade de Vida no trabalho, as Solidárias e as de Inclusão até dezembro de 2026.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Ações de Qualidade de Vida, Solidárias e de Inclusão" foi definido "**Promover pelo menos 35 ações no total, somadas as de Qualidade de Vida no trabalho, as Solidárias e as de Inclusão até dezembro de 2026.**" No ano de 2021 o Tribunal atingiu a meta estabelecida, tendo alcançado grande número de servidores participantes.

Periodicidade de apuração: **Anual**

Unidades Responsáveis: **Escola Judicial, Secretaria de Saúde e Coordenadoria de Comunicação Social**

## 10. Eixo 06: Sensibilização e Capacitação Contínua

O Escritório de Gestão Socioambiental no ano de 2021 deu continuidade às ações referentes ao Calendário Socioambiental, abordando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Por meio de *banners* e textos divulgados na página e nas redes sociais da Instituição foram abordados os seguintes temas :

- Dia da Confraternização Universal;
- Dia do Combate à poluição por agrotóxicos;
- Dia Mundial da Justiça Social;
- Dia Mundial da Floresta;
- Dia Mundial da Água;
- Dia da Terra
- Dia Mundial do Trabalho;
- Dia Internacional da Biodiversidade;
- Dia Mundial do Meio ambiente;
- Dia da Sobrecarga da Terra;

- Dia do Combate à Poluição;
- Dia Nacional do Voluntariado;
- Dia da árvore;
- Dia Nacional da Natureza e
- Dia Universal dos Direitos Humanos.

Em relação às ações de Capacitação, o TRT-15, com apoio da Escola Judicial, desenvolveu 67 iniciativas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, conforme prevê a Agenda 2030 da ONU:

- CURSO Encontro Anual de Magistrados Vitalícios - Alteridade, postura dialógica e responsabilidade social (ODS 3, 8, 10 e 16);
- CURSO Atualização de Cálculos no PJe-Calc (ODS 4);
- CURSO Sistema de Gestão de precatórios e RPVs - 1ª Etapa (ODS 16);

- CURSO Sistema de Gestão de precatórios e RPVs - 2ª Etapa (ODS 16);
- CURSO Gestão documental: da análise de autos findos à destinação final (ODS 4);
- CURSO GIGs e chips à luz da OS CR nº 4/2021 (1ª parte) (ODS 4);
- CURSO GIGs e chips à luz da OS CR nº 4/2021 (2ª parte) (ODS 4);
- AULAConhecendo o SIG 2º Grau (turma 1) (ODS 4);
- AULAConhecendo o SIG 2º Grau (turma 2) (ODS 4);
- AULAConhecendo o SIG 2º Grau (turma 3) (ODS 4);
- AULA Conhecendo o SIG 2º Grau (turma 4) (ODS 4);
- CURSO Ambientação a planilhas eletrônicas (ODS 4);
- CURSO Ferramentas de Gestão (Turma 1) (ODS 4);
- CURSO Ferramentas de Gestão (Turma 2) (ODS 4);
- CURSO Ferramentas de Gestão (Turma 3) (ODS 4);
- CURSO Ferramentas de Gestão (Turma 4) (ODS 4);
- CURSO Ferramentas de Gestão (Turma 5) (ODS 4);
- CURSO Ferramentas de Gestão (Turma 6) (ODS 4);
- CURSO Gestão do teletrabalho com foco nas pessoas-Turma 1 (ODS 3);
- "Direitos Humanos e as Mulheres no Séc XXI - o que foi feito de tudo o que a gente sonhou?"
- CURSO Gestão do teletrabalho com foco nas pessoas - Turma 2 (ODS 3);
- CURSO Gestão do teletrabalho com foco nas pessoas - Turma 3 (ODS 3);
- CURSO Gestão do teletrabalho com foco nas pessoas - Turma 4 (ODS 3);
- PALESTRA Aula Magna: Inclusão e diversidade: trilhando caminhos para uma sociedade mais tolerante e solidária.(ODS 10);
- PALESTRA Os benefícios da diversidade e inclusão (ODS 10 e 16);
- "Direitos Humanos e as Mulheres no Séc XXI - o que foi feito de tudo o que a gente sonhou? História dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil República" (ODS 5 e 10);
- PALESTRA: História dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil República" (ODS 5 e 10);
- "Direitos Humanos e as Mulheres no Séc XXI - o que foi feito de tudo o que a gente sonhou?"
- PALESTRA Direito da Antidiscriminação e Gênero"(ODS 5 e 10);

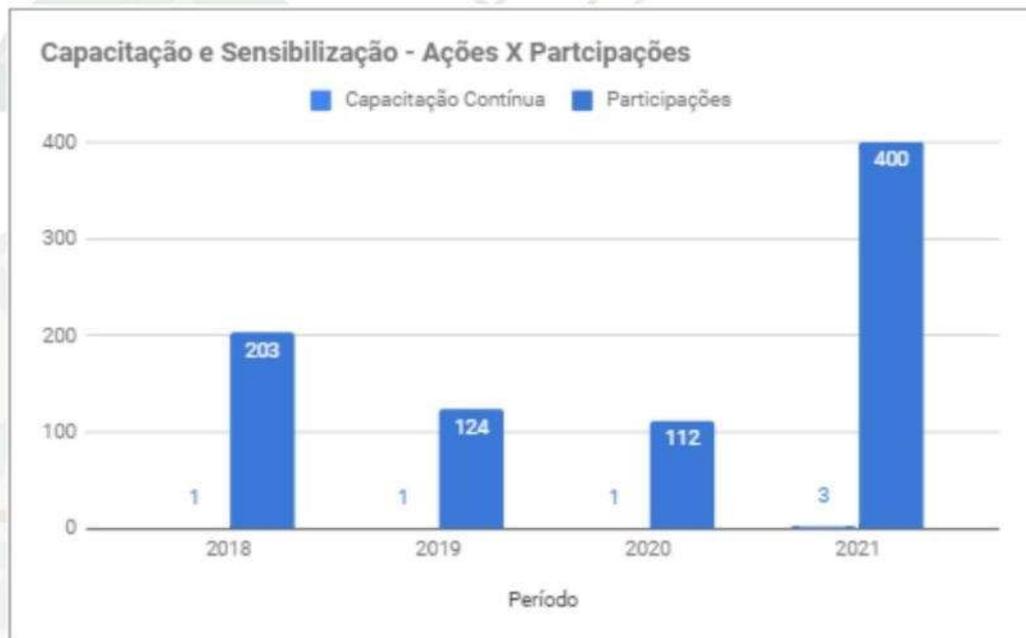
- PALESTRA: As dimensões das violências contra a mulher" (ODS 5 e 10);
- PALESTRA: Acesso à Justiça e aos Direitos Humanos das Mulheres" (ODS 5 e 10);
- "Direitos Humanos e as Mulheres no Séc XXI - o que foi feito de tudo o que a gente sonhou?
- PALESTRA: A Importância do Feminismo para o Sistema de Justiça" (ODS 5 e 10);
- CURSO Libras (ODS 4);
- CURSO Plataforma Zoom: aprendendo a usar (ODS 4);
- PALESTRA Teletrabalho no contexto da pandemia: repercussões para a saúde mental (ODS 3);
- CURSO Formação de Supervisores e Coordenadores de CEJUSC - 2021 (ODS 4);
- PALESTRA Um bate-papo além do Autismo (ODS 10 e 16);
- DEBATE Direito em Tela - debate sobre o filme "Sementes Podres" (ODS 10 e 16);
- CURSO Novos desafios do trabalho a distância (ODS 4);
- SEMINÁRIO Desafios atuais e a reinvenção do movimento sindical (ODS 8 e 16);

- CURSO Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS 4);
- PALESTRA Água de beber e de Viver: o trabalho decente, a água e o desenvolvimento sustentável (ODS 2, 6 e 8);
- PALESTRA O impacto da pandemia na reciclagem e na preservação do meio ambiente (ODS 7 e 11);
- PALESTRA A atuação do Sistema de Garantia de Direitos na proteção de crianças e adolescentes contra o abuso e à exploração sexual. (ODS 5, 8 e 16);
- DEBATE Direito em Tela - debate sobre o filme "Segunda-feira ao sol" (ODS 10 e 16);
- CURSO Gestão de Conflitos com ênfase na Comunicação não violenta - Turma 1 (ODS 4);
- CURSO Sistemas para pesquisas de bens e pessoas (ODS 4);
- SEMINÁRIO 2º Seminário de Proteção à infância (ODS 3);
- CURSO Gestão ou Humilhação ? Uma reflexão contemporânea sobre o assédio no trabalho (ODS 3 e 16);
- DEBATE Direito em Tela - debate sobre filmes e os temas "alienação" e "fetichismo" (ODS 10 e 16);
- CURSO Sistema de Pagamento - Folha Web 2.1 (ODS 16);

- CURSO 3º Ciclo de Aprendizagem em Execução - Oficinas (ODS 16);
- PALESTRA As sequelas do coronavírus - síndrome pós Covid e a vacinação (ODS 3);
- CURSO 3º Ciclo de Aprendizagem em Execução - Oficinas (ODS 16);
- CURSO 3º Ciclo de Aprendizagem em Execução - Oficinas (ODS 16);
- PALESTRA Sensibilização para o uso do AVJT (ODS 4);
- CURSO Libras - aplicando o conhecimento (ODS 4);
- SEMINÁRIO Feminismo e Sindicalismo (ODS 8 e 16);
- Direito em Tela - debate sobre o filme "AmarElo: é tudo pra ontem" (ODS 10 e 16);
- CURSO GIGs e chips à luz da OS CR nº 4/2021 (3ª parte) (ODS 4)
- PALESTRA Ter uma deficiência e estar feliz por se sentir incluído (ODS 16 e 17);
- PALESTRA Conhecendo o SIG - Sistema Integrado de Gerenciamento (ODS 4);
- PALESTRA A preservação do meio ambiente saudável e a obrigatoriedade da vacinação sob as perspectivas do empregador e do empregado (ODS 3);

- CONFERÊNCIA O STF e o Estado Democrático de Direito: a justiça no fogo cruzado do populismo (ODS 16);
- CONGRESSO IV Congresso de Proteção aos direitos das crianças e adolescentes: O impacto da tecnologia na educação (ODS 8 e 16);
- DEBATE Direito em Tela - debate sobre o documentário "A Juíza" (ODS 10 e 16);
- DEBATE Escola ao vivo - A herança do escravismo nas relações sociais (ODS 8 e 16);
- PALESTRA Interseccionalidade e Poder Judiciário (ODS 10 e 16);
- DEBATE Direito em Tela - debate sobre o filme "Rosa e Momo" (ODS 10 e 16);
- CURSO Escola ao vivo - Justiça do Trabalho 80 anos em 15 (ODS 16).  
Foram realizadas ainda 3 ações de capacitação e sensibilização relacionadas à sustentabilidade, as quais somaram um total de 400 participantes:
- Palestra "Água de beber e de viver: o trabalho decente, a água e o desenvolvimento sustentável"
- Palestra "O impacto da pandemia na reciclagem e na preservação do meio ambiente"
- Curso "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável".

## Resultados referentes às ações de Capacitação e Sensibilização oferecidas no TRT-15 nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021:



**DIFERENÇA PERCENTUAL:**  
2020 X 2021: 257,14%

## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA
Descrição	Mede a quantidade de ações de sensibilização e capacitação contínua oferecida pelo órgão na temática da sustentabilidade
Fórmula de Cálculo	Total de ações de sensibilização e capacitação contínua
Unidade Responsável	Escola Judicial e Escritório de Gestão Socioambiental
Variáveis	Ações de sensibilização e capacitação contínua relacionadas à sustentabilidade
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Promover pelo menos 20 ações anuais de sensibilização e capacitação contínua relacionadas à sustentabilidade até dezembro de 2026.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Ações de Sensibilização e Capacitação Contínua" foi definido "**Promover pelo menos 20 ações anuais de sensibilização e capacitação contínua relacionadas à sustentabilidade até dezembro de 2026.**" Em 2021 o Tribunal realizou 3 ações de capacitação, as quais alcançaram um total de 400 participantes. O Calendário Socioambiental contabilizou 15 ações de sensibilização durante o ano. A ação realizada em Bauru, no Dia da Árvore, também contribuiu com o indicador. No total foram realizadas 19 ações de capacitação e sensibilização, número muito próximo à meta proposta.

## • Ação em Bauru no Dia da Árvore reforça preocupação do TRT-15 com o meio ambiente

Cerca de 100 mudas de ipê-amarelo, ipê-branco, mirindiba e pata-de-vaca foram distribuídas em sistema de drive-thru. No jardim do Fórum Trabalhista, cinco mudas foram plantadas pelos cinco magistrados presentes. O desembargador Edmundo Fraga Lopes reafirmou a importância do plantio de árvores como uma das ações adotadas pelo TRT-15 para o cumprimento das metas de inclusão social e controle de emissão de dióxido de carbono, em cumprimento ao Plano de Ação que inclui novos indicadores apresentados pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 400/2021, e desejou que “essas novas árvores plantadas às vésperas do início da primavera, possam trazer novas flores, novos ares, e também lições de cidadania, lealdade, equidade que o nosso povo e o nosso País tanto necessita”.



## 11. Eixo 07: Deslocamento de Pessoal, Bens e Materiais

### 11.1 Veículos

O Tribunal adota algumas medidas em relação à manutenção dos veículos de sua frota, tendo em vista a diminuição de gastos com esse recurso. Além do estabelecimento de rotinas de manutenção preventiva nos veículos, ocorre também a preferência pela lavagem ecológica, a redução da frota de veículos ociosos e estudos para a realização de contratos de locação para veículos.

### Resultados

Em comparação com o ano de 2019, houve uma redução de 33,57% no gasto com manutenção de veículos.

O gráfico a seguir revela as despesas com manutenção de veículos nos anos de 2019, 2020 e 2021:



## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	VEÍCULOS
Descrição	Mede a despesa realizada com o serviço de manutenção dos veículos do órgão
Fórmula de Cálculo	Total de despesa realizada com o serviço de manutenção dos veículos
Unidade Responsável	Seção de Transportes
Variáveis	Despesa realizada com o serviço de manutenção dos veículos
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Reduzir as despesas com manutenção de veículos em 10% até dezembro 2026, tomando como base no ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Veículos" foi definido "**Reduzir as despesas com manutenção de veículos em 10% até dezembro 2026, tomando como base no ano de 2019.**" O TRT-15 já alcançou a meta no ano de 2021. Nesse sentido, é importante manter as iniciativas propostas, com vistas a uma economia de recursos também para os próximos anos.

Periodicidade de apuração: **Anual**  
Unidade Responsável: **Seção de Transporte**

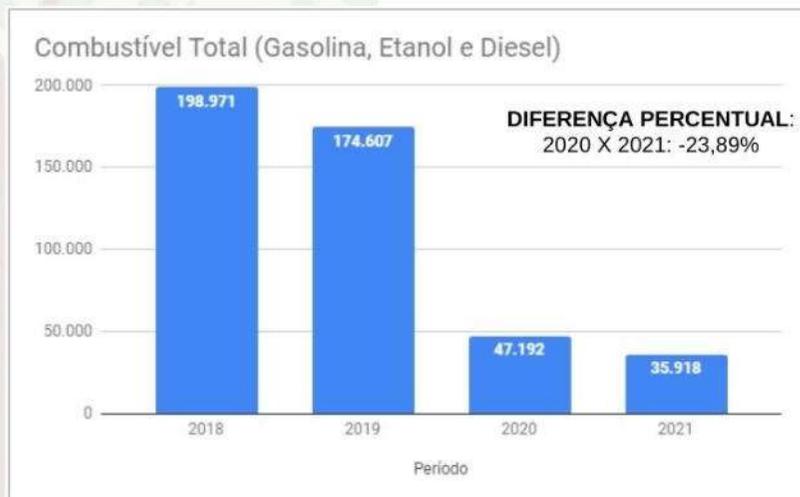
## 11.2 Combustíveis

O TRT-15 prioriza o uso do etanol para deslocamentos de até 200km, por tratar-se de combustível menos poluente, além de ser uma fonte de energia limpa e renovável.

### Resultados

Em virtude da realização do trabalho remoto de servidores e magistrados da Corte, o total de combustível (gasolina, etanol e diesel) consumido no ano de 2021 continuou em queda. Verifica-se uma redução de quase 24% em relação a 2020 e de aproximadamente 80% se comparado com o ano de 2019.

#### Total em litros de Combustível (gasolina, etanol de diesel) consumido em 2018, 2019, 2020 e 2021



## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	COMBUSTÍVEL
Descrição	Mede o total de combustível consumido pelo órgão
Fórmula de Cálculo	Total de Combustível consumido pelo órgão
Unidade Responsável	Seção de Transportes
Variáveis	Combustível consumido (etanol, gasolina e diesel)
Periodicidade de Apuração	Mensal
<b>META</b>	<b>Reduzir as despesas com combustível em 10% até dezembro 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Veículos" foi definido "**Reduzir as despesas com combustível em 10% até dezembro 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.**" O Tribunal já alcançou a meta, uma vez que houve uma redução de 79,43%.

Periodicidade de apuração: **Anual**  
Unidade Responsável: **Seção de Transportes**

## 12. Eixo 8: Obras de Reformas e Leiaute

Em todas as suas reformas e mudanças de layouts, o Tribunal observa os critérios de sustentabilidade, com vistas a diminuir a geração de resíduos e mitigar os impactos no meio ambiente.

### Resultados

Em 2018 foram gastos com reformas R\$ 4.700,522,76. No ano de 2019 o total foi de R\$ 382.939,70. Em 2020, somou R\$ 395.040,71 e em 2021 o valor despendido foi R\$ 2.017.754,56.

O quadro a seguir demonstra a despesa realizada com reformas e mudanças de layouts nos anos de 2018, 2019 e 2021:



## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	REFORMAS E CONSTRUÇÕES
Descrição	Mede o percentual de contratações de reformas ou mudanças de layouts com observância dos critérios de sustentabilidade
Fórmula de Cálculo	Quantidade de contratos realizados com observância dos critérios de sustentabilidade
Unidade Responsável	Coordenadoria de Projetos e Obras
Variáveis	Contratos de reforma ou mudanças de layout
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Manter a observância dos critérios de sustentabilidade em 100% dos contratos de reforma ou mudanças de layouts</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Reformas e Construções" foi definido "**Manter a observância dos critérios de sustentabilidade em 100% dos contratos de reforma ou mudanças de layouts**". A Corte atingiu a meta, uma vez que o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho é sempre utilizado.

Periodicidade de apuração: **Anual**  
Unidade Responsável: **Coordenadoria de Projetos e Obras**

## 13. Eixo 9: Equidade e Diversidade

O tema foi introduzido pela Resolução CNJ nº 400/2021. De acordo com o normativo "A promoção da equidade e da diversidade deve se dar por políticas afirmativas não discriminatórias, de forma a assegurar aos quadros de pessoal e auxiliar, às partes e aos usuários do Poder Judiciário, o pleno respeito à identidade e expressão de gênero, religião, estado civil, idade, origem social, opinião política, ascendência social, etnia, e outras condições pessoais."

Durante o ano de 2021, a Escola Judicial promoveu esses assuntos por meio de 10 cursos e palestras:

- Aula magna: Inclusão e diversidade – trilhando caminhos para uma sociedade mais tolerante e solidária
- Palestra "Destinações Sociais de Imposto de Renda na própria declaração"
- Libras

- Minicurso - Direitos Humanos e as Mulheres no Século XXI. O que foi feito de tudo o que a gente sonhou?
- Escola Ao Vivo: Um bate-papo além do autismo
- Libras - aplicando o conhecimento
- Feminismo e Sindicalismo
- Escola Ao Vivo: Ter uma deficiência e estar feliz por se sentir incluído
- Escola ao vivo - A herança do escravismo nas relações sociais
- Palestra "Diversidade & Inclusão."

Entre magistrados, servidores e público externo, as ações alcançaram 1.238 participantes.

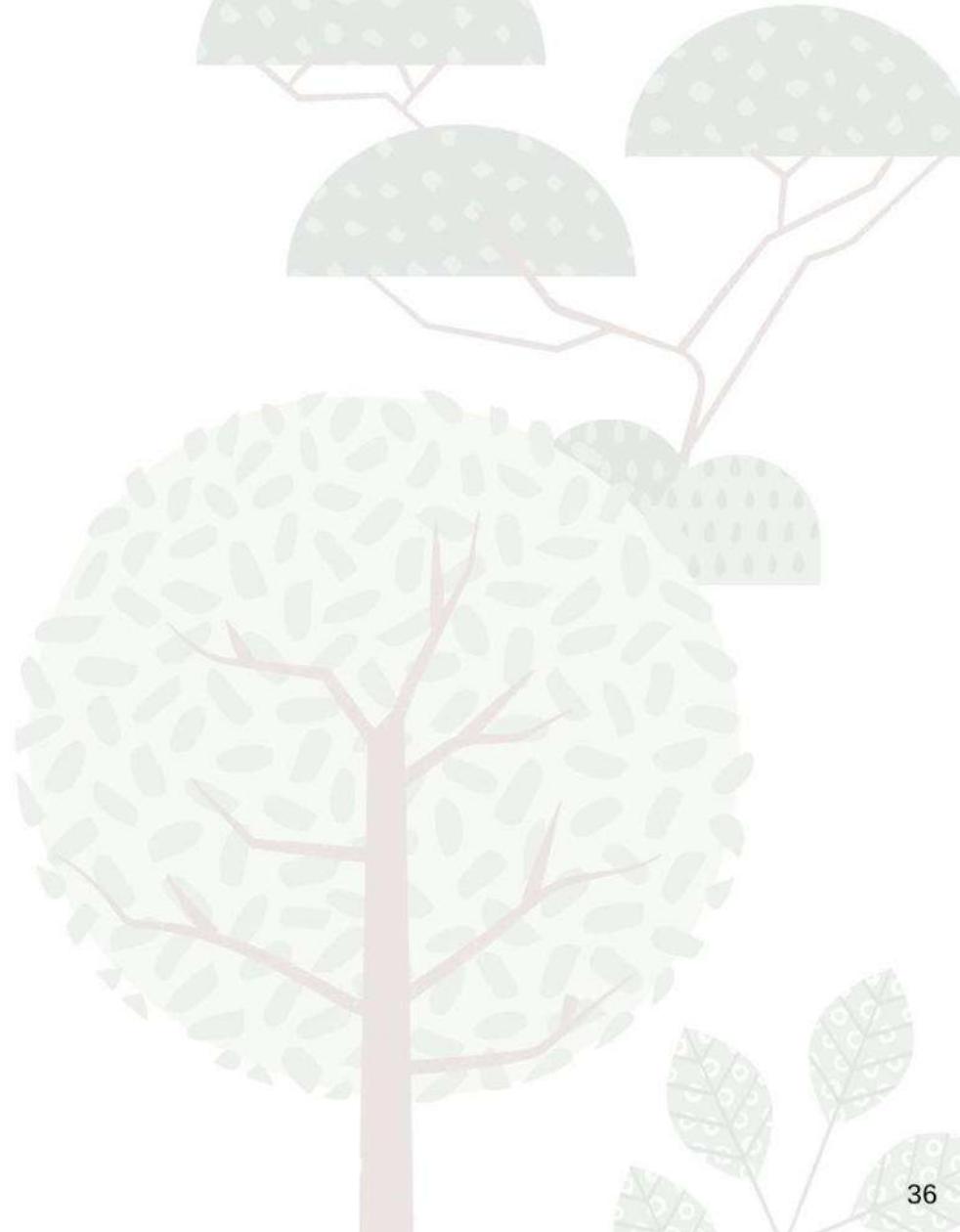
## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	AÇÕES DE EQUIDADE E DIVERSIDADE
Descrição	Mede a quantidade de ações ofertadas na temática da equidade e da diversidade
Fórmula de Cálculo	Quantidade de ações realizadas na temática da equidade e da diversidade
Unidade Responsável	Escola Judicial
Variáveis	Ações na temática da Equidade e da Diversidade ofertadas para Magistrados, Servidores e colaboradores
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Promover pelo menos 05 ações anuais na temática da equidade e da diversidade até dezembro de 2026</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Ações de Equidade e Diversidade" foi definido **"Promover pelo menos 05 ações anuais na temática da equidade e da diversidade até dezembro de 2026."** Este Regional teve êxito na meta proposta, tendo realizado 10 ações que atingiram grande número de participantes, dentre eles seus colaboradores e também o público externo.

Periodicidade de apuração: **Anual**  
Unidade Responsável: **Escola Judicial**



## 14. Eixo 10: Aquisições e Contratações Sustentáveis

### 14.1 Licitações

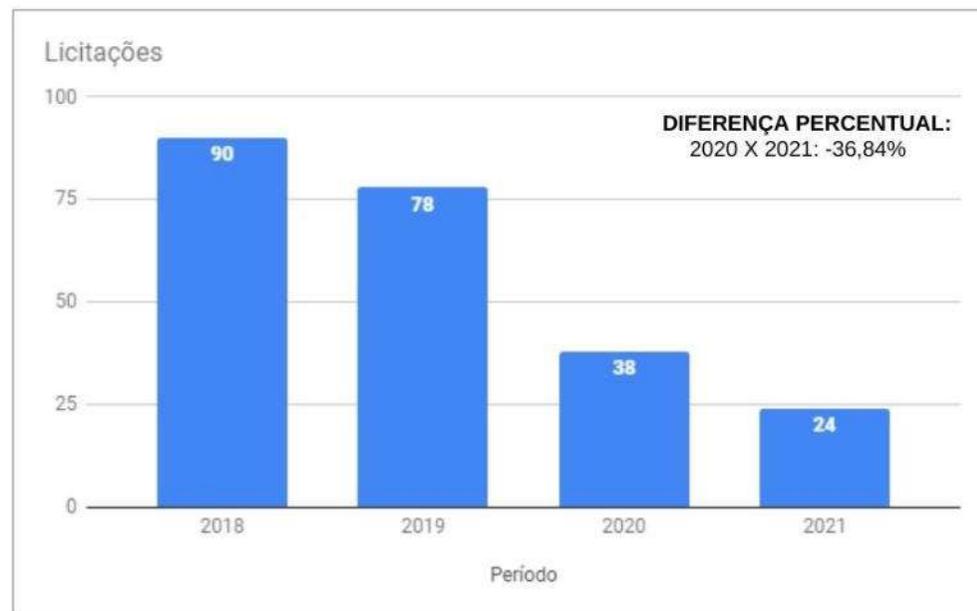
A nova Lei Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021) trouxe consigo uma sistemática baseada na sustentabilidade. Há diversos artigos distribuídos ao longo de seu texto com o objetivo de zelar por um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O artigo 5º, por exemplo, menciona expressamente que deve ser observado o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.

O TRT-15, com base no "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho - 3ª Edição", adota em seus editais, sempre que aplicável, os critérios de sustentabilidade.

Para a apuração dos dados, a análise considerou os "critérios específicos", nos quais o procedimento definiu claramente o critério, voltado para o objeto licitado (que foram a maioria), e "critérios gerais",

nos quais não possuíam especificidade para o objeto licitado.

**O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de Licitações com critérios de sustentabilidade realizado nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021:**



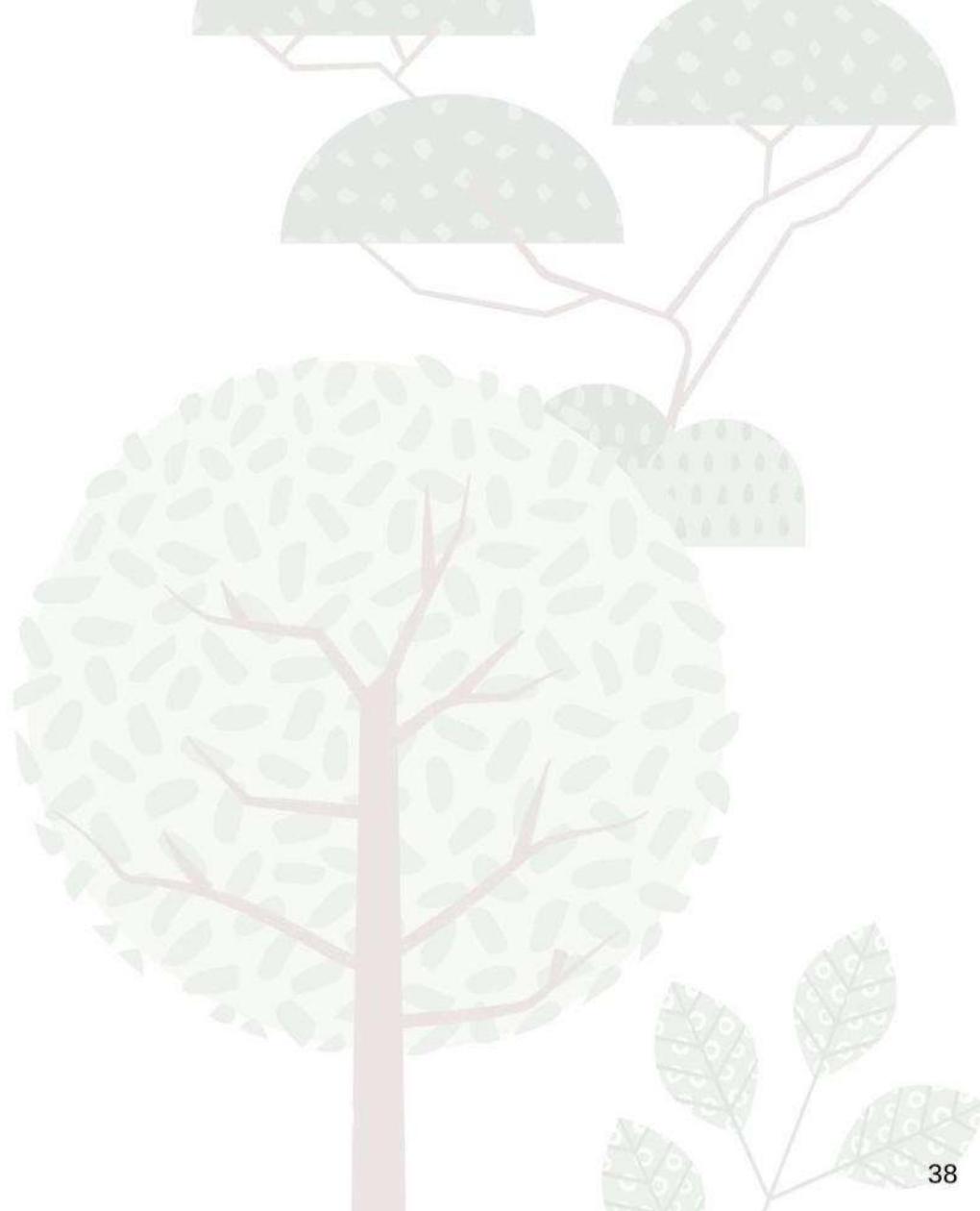
## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
Descrição	Mede o percentual de contratações de bens de acordo com o critério e prática de sustentabilidade em consonância com a Res. nº 103/2012 do CSJT.
Fórmula de Cálculo	Total de contratações com critérios de sustentabilidade inseridos
Unidade Responsável	Coordenadoria de Licitações
Variáveis	Contratações de bens
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Manter os critérios de sustentabilidade em 100% dos contratos efetuados.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Aquisições e Contratações Sustentáveis" foi definido **"Manter os critérios de sustentabilidade em 100% dos contratos efetuados."** Dessa forma, o Tribunal adota os critérios de sustentabilidade em todos os contratos pactuados, o que demonstra que o Órgão atingiu a meta estabelecida para o indicador.

Periodicidade de apuração: **Anual**  
Unidade Responsável: **Coordenadoria de Licitações**



## 14.2 Serviços de Telefonia fixa e móvel

O Tribunal vem utilizando novas ferramentas de comunicação, como o objetivo de reduzir os gastos com telefonia. O *Google Chat* é amplamente utilizado pelos servidores, proporcionando uma comunicação instantânea e sem custos à Corte.

Além disso, algumas iniciativas são realizadas para contribuir com a diminuição dos gastos:

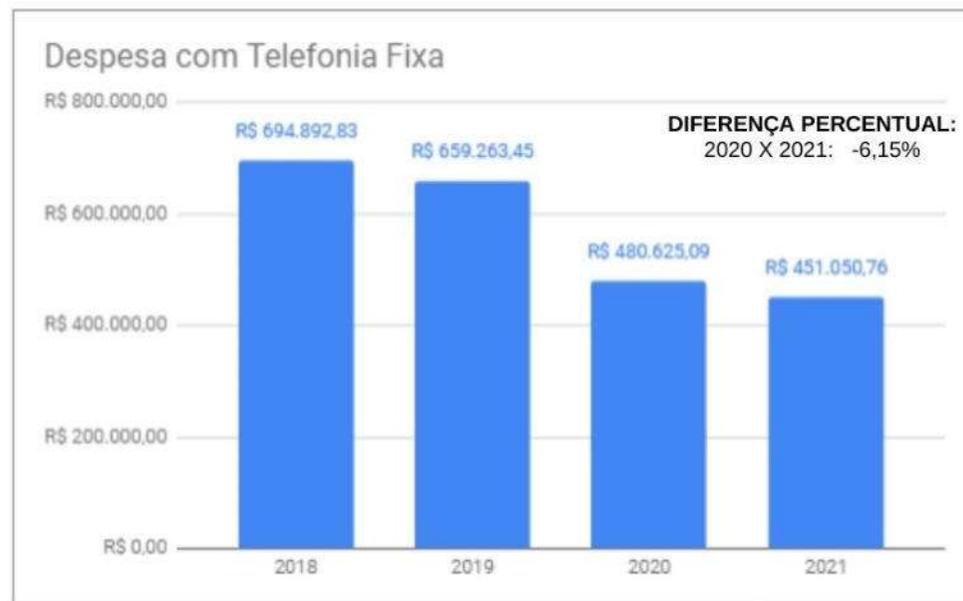
- Estudo visando alternativas de pacotes mais econômicos de serviços de telefonia móveis;
- Revisão dos ramais da telefonia fixa liberados para realizar ligações para celular e de longa distância;
- Proposta de redução do número de linhas diretas disponibilizadas para as unidades.

### Resultados

No ano de 2021 houve uma pequena redução nos gastos de telefonia fixa e móvel em comparação ao ano anterior. Ademais, pode-

se observar uma economia considerável em relação ao ano de 2018, sendo uma queda de 35% para a telefonia fixa e de 22% para a telefonia móvel.

### Despesas realizadas pelo TRT-15 com o Serviço de Telefonia Fixa em 2018, 2019, 2020 e 2021:



## Despesas realizadas pelo TRT-15 com o Serviço de Telefonia Móvel em 2018, 2019, 2020 e 2021:



## Planos de Ações 2021-2026

Para o item "Telefonia Fixa" foi definido **"Reduzir o consumo de telefonia fixa em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019."** No ano de 2021 o resultado foi 31,58% menor, indicando que a meta foi alcançada com antecedência.

Indicador	TELEFONIA FIXA
Descrição	Despesa realizada com o pagamento de faturas de telefonia Fixa
Fórmula de Cálculo	Despesa com os serviços de telefonia Fixa
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Variáveis	Valor apresentado nas faturas de telefonia Fixa
Periodicidade de Apuração	Mensal
<b>META</b>	<b>Reduzir o consumo de telefonia fixa em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

Para o item "Telefonia Móvel" foi definido **"Reduzir o consumo de telefonia móvel em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019."** Em 2021 o resultado foi 20,50% menor, evidenciando que a meta foi atingida.

Indicador	TELEFONIA MÓVEL
Descrição	Despesa realizada com o pagamento de faturas de telefonia Móvel
Fórmula de Cálculo	Despesa com os serviços de telefonia Móvel
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Variáveis	Valor apresentado nas faturas de telefonia Móvel
Periodicidade de Apuração	Mensal
<b>META</b>	<b>Reduzir o consumo de telefonia móvel em 5% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

## 14.3 Limpeza

A limpeza e higienização do ambiente de trabalho contribuem para evitar a disseminação do coronavírus. Nesse sentido, com a permanência da pandemia, os cuidados foram reforçados ano de 2021.

### Resultados

Em 2018 o valor destinado ao serviço de limpeza foi de R\$10.190.385,03 e em 2019 os gastos somaram R\$10.564.213,99. No ano de 2020, a despesa foi menor totalizando R\$ 8.870.099,49 e em 2021 contabilizou R\$ 10.559.544,66.

**A imagem abaixo demonstra os valores gastos com Contratos de Limpeza em 2018, 2019, 2020 e 2021:**



**DIFERENÇA PERCENTUAL:**  
2020 X 2021: 19,05%

## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	LIMPEZA
Descrição	Mede a despesa com o serviço de limpeza
Fórmula de Cálculo	Total de despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Variáveis	Despesas em reais
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Manter as despesas com contratos de limpeza até dezembro 2026, com base no ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Limpeza" foi definido "**Manter as despesas com contratos de limpeza até dezembro 2026, com base no ano de 2019.**" O Tribunal vem cumprindo a meta estabelecida, uma vez que os gastos de 2020 e de 2021 não ultrapassaram o valor despendido em 2019.

Periodicidade de apuração: **Anual**  
Unidade Responsável: **Coordenadoria de Contratos**

## 14.4 Vigilância

Nota-se um aumento de aproximadamente 8% em relação ao ano anterior e uma equivalência de gastos em relação ao ano de 2019.

### Resultados

**Vigilância armada:** No ano de 2018 a despesa foi de R\$12.865.337,67; em 2019 alcançou R\$11.167.559,71; em 2020, o gasto foi diminuiu, atingindo R\$10.844.161,16 e em 2021 somou R\$ 11.732.207,28.

**Vigilância desarmada:** Em 2018 a despesa foi de R\$ 1.342.758,24 e em 2019 foi de R\$969.634,06. No ano de 2020 o valor foi de 572.930,04. Já em 2021, o gasto foi de R\$ 590.722.,92.

A ilustração a seguir exibe os valores gastos com Contratos de Vigilância (Armada e Desarmada) em 2018, 2019, 2020 e 2021:



DIFERENÇA PERCENTUAL:  
2020 X 2021: 7,93%

## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	VIGILÂNCIA
Descrição	Mede a despesa realizada com o serviço de vigilância armada e desarmada
Fórmula de Cálculo	Total de despesa realizada com o serviço de vigilância armada e desarmada
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Variáveis	Despesas em reais
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Reduzir as despesas com contratos de serviços de vigilância armada e desarmada em 1% até dezembro de 2026, tomando como base o ano de 2020.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Vigilância" foi definido "**Reduzir as despesas com contratos de serviços de vigilância armada e desarmada em 1% até dezembro de 2026, tomando como base o ano de 2020.**" Nota-se um aumento de 7,93% no ano de 2021. O Tribunal vem buscando ampliar os serviços de vigilância eletrônica a fim de reduzir o valor despendido nos próximos anos.

Periodicidade de apuração: **Anual**  
Unidade Responsável: **Coordenadoria de Contratos**

## 14.5 Impressões

Com o avanço das tecnologias digitais, a necessidade de imprimir tende a diminuir. O processo judicial eletrônico e o recente Balcão Virtual são ferramentas que contribuem para a redução no consumo de papel. As reuniões, cursos, seminários, palestras etc, que eram rotineiramente presenciais estão sendo realizadas de forma remota e também contribuem para a redução do número de impressões. Seguindo esse raciocínio, o Tribunal planeja diminuir a quantidade de equipamentos de impressão em suas dependências.

### Resultados

Em 2019, haviam 2.574 equipamentos de impressão instalados, quantidade que se manteve em 2020. No ano de 2021 o total foi de 2.569 equipamentos.

## Plano de Ação 2021-2026

Indicador	IMPRESSÕES
Descrição	Mede a quantidade de equipamentos de impressão instalados
Fórmula de Cálculo	Quantidade de equipamentos de impressão instalados
Unidade Responsável	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC
Variáveis	Equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano.
Periodicidade de Apuração	Anual
<b>META</b>	<b>Reduzir a quantidade de equipamentos de impressão instalados em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.</b>

<https://trt15.jus.br/institucional/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>

Para o item "Impressões" foi definido **"Reduzir a quantidade de equipamentos de impressão instalados em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019."** Houve uma pequena redução em 2021, menor do que 0,2% da meta proposta. O número de equipamentos almejado para o ano de 2026 é 2.317.

Periodicidade de apuração: **Anual**

Unidade Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

## 15. Resolução CNJ nº 401/2021

Em 16 de junho de 2021 o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

A Resolução determina que, a fim de promover a igualdade, devem ser adotadas medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas ou arquitetônicas, de mobiliários, de acesso aos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas.

Nesse sentido, o normativo dispõe sobre o Relatório Anual acerca das ações desenvolvidas por cada Órgão para a promoção da acessibilidade e inclusão, que deverá conter os indicadores nele previstos, distribuídos em 5 eixos de atuação: gestão de acessibilidade e inclusão; acessibilidade em serviços, acessibilidade comunicacional, acessibilidade tecnológica e acessibilidade arquitetônica e urbanística.

Sendo o primeiro ano de vigência, o TRT-15 levantou os dados dos indicadores constantes do Anexo da Resolução, os quais servirão de base para orientar o planejamento, a implementação e o monitoramento das ações que visam o cumprimento da norma nos próximos anos.

### Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

- **Eixo 1:** Gestão de acessibilidade e inclusão
- **Eixo 2:** Acessibilidade em serviços
- **Eixo 3:** Acessibilidade comunicacional
- **Eixo 4:** Acessibilidade tecnológica
- **Eixo 5:** Acessibilidade arquitetônica e urbanística

## 1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

### 1.1 - Quantidade de magistrados(as) com deficiência.

**Definição:** número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição.

**Unidade de medida:** magistrados(as)

**Resultado: 3**

### 1.2 - Quantidade de servidores(as) com deficiência.

**Definição:** número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessação ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo.

**Unidade de medida:** servidores(as)

**Resultado: 93**

### 1.3 - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.

**Definição:** número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.

**Unidade de medida:** servidores(as) comissionados(as)

**Resultado: 4**

### 1.4 - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.

**Definição:** número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.

**Unidade de medida:** servidores(as) com função comissionada

**Resultado: 56**

### 1.5 - Quantidade de estagiários(as) com deficiência.

**Definição:** número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

**Unidade de medida:** estagiários(as)

**Resultado: 0**

#### **1.6 - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.**

**Definição:** número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

**Unidade de medida:** trabalhadores(as) terceirizados(as)

**Resultado: 1**

#### **1.7 TFAuxC (PcD) - Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.**

**Definição:** número total de conciliadores(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

**Unidade de medida:** conciliadores(as)

**Resultado: 2**

#### **1.8 - Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência.**

**Definição:** número total de juízes(as) leigos(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

**Unidade de medida:** juízes(as) leigos(as)

**Resultado:** Não se aplica

#### **1.9 - Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.**

**Definição:** número total de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias privatizadas ao final do período-base.

**Unidade de medida:** trabalhadores(as)

**Resultado:** Não se aplica

#### **1.10 - Quantidade de voluntários(as) com deficiência.**

**Definição:** número total de voluntários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

**Unidade de medida:** voluntários(as)

**Resultado:** Não se aplica

#### **1.11 - Quantidade de aprendizes com deficiência.**

**Definição:** número total de aprendizes com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

**Unidade de medida:** aprendizes

**Resultado:** Não se aplica

## 2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

**2.1 - Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência..**

**Definição:** proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos, realizados pelo órgão ou com outras instituições, nas temáticas sobre acessibilidade e inclusão em relação ao total de servidores(as) do órgão.

**Resultado: 19 capacitados de um total de 3.578 servidores**

**2.2 - Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.**

**Definição:** quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

**Unidade de medida:** cursos

**Resultado: 2**

**2.3 - Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.**

**Definição:** quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

**Unidade de medida:** vagas

**Resultado: 41**

**2.3 - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.**

**Definição:** quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto n o 9.656/2018 (capacitação básica).

**Unidade de medida:** pessoas

**Resultado: 19**

**2.5 QLibrasAux – Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.**

**Definição:** quantidade de pessoas do quadro auxiliar (terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as),

conciliadores(as), voluntários (capacitados em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018 (capacitação básica).

**Unidade de medida:** pessoas

**Resultado:** 0

### **2.6 - Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.**

**Definição:** proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão.

**Resultado:** 21 gestores de um total de 313

### **2.7 - Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.**

**Definição:** quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (no aspecto psicossocial) de pessoa com deficiência.

Unidade de medida: pessoas

Resultado: 0

### **2.8 - Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.**

**Definição:** quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web). A acessibilidade digital pressupõe que os sítios eletrônicos sejam desenvolvidos de modo que todas as pessoas possam navegar e interagir de forma efetiva.

**Unidade de medida:** pessoas

**Resultado:** 3

### **2.9 - Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.**

**Definição:** quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.

**Unidade de medida:** pessoas

**Unidade de medida:** pessoas

**Resultado: 1**

**2.10 - Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.**

**Definição:** quantidade de ações que promovam a sensibilização do corpo funcional, introduzindo conceitos e temas relacionados à pessoa com deficiência e desmitificando preconceitos.

**Unidade de medida:** quantidade de ações de sensibilização

**Resultado: 5**

**2.11 - Ações de promoção da inclusão.**

**Definição:** quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura)

**Unidade de medida:** ações

**Resultado: 0**

**2.12 - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.**

**Definição:** quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo que possuam mão de obra qualificada para o atendimento à pessoa com surdez. Exemplos: contratos de recepcionista, segurança, brigadista e outros que prestam atendimento ao público externo.

**Resultado: 0 contratos de um total de 12**

### 3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

**3.1 - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.**

**Definição:** quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição)

**Unidade de medida:** vídeos

**Resultado: 16**

### 3.2 - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.

**Definição:** quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição).

**Unidade de medida:** matérias jornalísticas

**Resultado: 449 matérias.** No nosso site há uma indicação para o usuário instalar o Vlibras, que é uma ferramenta que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para Libras.

### 3.3 - A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?

**Resultado:** Sim. Para viabilizar o acesso aos usuários em geral aos seus serviços, tais como: atendimento presencial, por telefone (0800), formulário eletrônico, correspondência e correio eletrônico. Além disso, importante ressaltar que o portal deste Regional, sítio eletrônico em que

se encontra o canal de acesso à esta Ouvidoria, encontra-se com ferramentas que facilitam a utilização por parte das pessoas com deficiências, viabilizando o acolhimento e acessibilidade.

### 3.4 - Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.

**Definição:** proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base.

**Unidade de medida:** eventos

**Resultado: 49,38%**

## 4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

### 4.1 - O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

**Definição:** Informar se usa programas que detectam o código HTML e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital.

**Resultado:** Não utiliza.

#### 4.2 - O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?

**Definição:** Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores.

**Resultado:**

##### programa leitor de tela;

aplicativos associados a programas sintetizadores de voz;

ferramenta de contraste;

##### programa de ampliação de tela;

outros programas; ou

não fornece nenhum programa.

#### 4.3 - O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?

**Definição:** Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência.

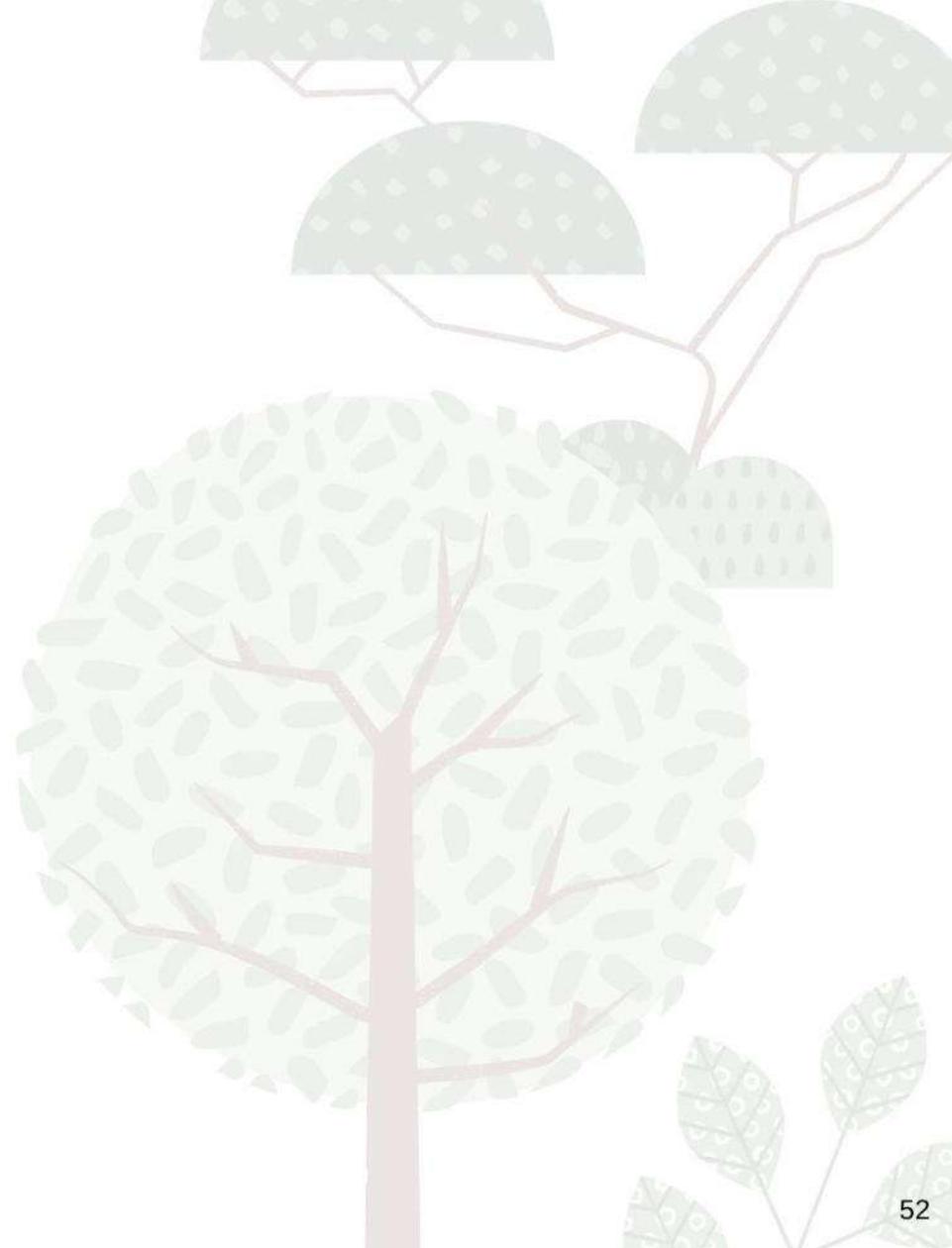
**Resultado:** Sim, oferece. Além dos programas de leitor de tela e de ampliação de tela, fornece também telas ampliadas de 32 polegadas.

## 5. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA

A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada de acordo com critérios previstos em normas técnicas pertinentes e na Res. CNJ 401/2021, mediante avaliação periódica quinquenal, a ser coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 da referida Resolução.

## **Ações e cursos realizados pela Escola Judicial e pela Secretaria de Saúde voltadas aos temas acessibilidade e inclusão no ano de 2021**

- PALESTRA Escola Ao Vivo: Aula Magna: Inclusão e diversidade: trilhando caminhos para uma sociedade mais tolerante e solidária;
- PALESTRA Escola Ao Vivo: Destinações Sociais de Imposto de Renda na própria declaração
- PALESTRA Escola Ao Vivo: Os benefícios da diversidade e inclusão
- PALESTRA Escola Ao Vivo: Um bate-papo além do autismo
- PALESTRA Escola Ao Vivo: Ter uma deficiência e estar feliz por se sentir incluído
- CURSO Libras
- CURSO Libras: aplicando o conhecimento
- AÇÃO "Acessibilidade em tempos de pandemia: eliminando novas barreiras"



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Resolução CNJ nº 400/2021, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, inovou em relação aos indicadores de desempenho do PLS. Além disso, alguns itens que eram mensurados mensalmente passaram a ser monitorados anualmente e vice-versa. Os indicadores propostos subsidiarão a elaboração do "Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário".

Com base no referido normativo, o TRT-15 aprovou seu Plano de Logística Sustentável -PLS para o período de 2021 a 2026, por meio do Ato GP nº 10/2021, o qual orienta a elaboração deste Relatório de Desempenho e está alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição.

O PLS é uma importante ferramenta que permite estabelecer e acompanhar as práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, contribuindo assim para uma melhor eficiência no gasto público e na gestão de processos de trabalho.

Nesse sentido, este Relatório de Desempenho consolida os resultados obtidos durante o ano de 2021 e funciona como um parâmetro para a tomada de decisões pela Administração da Corte.

Também em vigor a partir de 2021, a Resolução CNJ nº 401/2021 busca promover a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no Poder Judiciário, alcançando tanto os servidores e magistrados quanto o público externo. Os indicadores nela previstos também integrarão o Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.

Importante ressaltar que a pandemia provocada pelo Coronavírus perdurou o ano todo, fazendo com que a maioria dos servidores continuassem a trabalhar de forma remota, gerando impactos nos indicadores avaliados. Assim, é preciso acompanhar de perto as consequências do isolamento social e também levar em conta os novos resultados, caso a jornada presencial integral seja retomada.